Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

MOÇÃO Nº 46 , DE 2022

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em: 30/05/22
Protocolo

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel,

A Câmara Municipal de Cascavel, por meio de seus representantes legais, subscritores da presente proposição legislativa, nos termos que regem o art. 157 e 158 do Regimento Interno desta Casa de Leis, hipoteca, MOÇÃO DE APELO a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados Federais, para que arquivem à PEC 206, que tem por objetivo criar mensalidade nas Universidades Públicas.

Dê-se ciência desta Moção encaminhando-a ao Exmo. Senhor Arthur Oliveira Maia (União-BA) Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

É a Moção. Sala das Sessões.
Cascavel, 30 de maio de 2022.

Professora Liliam
Vereadora/PT

Alécio Espínola
Vereador/PSC

Cleverson Sibulski
Vereador/PROS

Dr. Lauri
Vereador/PROS

Edson Souza
Vereador/MDB

Policial Madril
Vereador/PSC

Professor Santello
Vereador/PTB

Sadi Kisiel
Vereador/PODE

Tiago Almeida
Vereador/União Brasil

Serginho Ribeiro
Vereador/PDT

Soldado Jeferson
Vereador/PV

Exposição de Motivos

A PEC 206/2019 visa instaurar a cobrança de mensalidade nas universidades públicas de nosso país, dando nova redação ao art. 206, inciso IV, da Constituição Brasileira é mais uma afronta a autonomia das universidades, aos princípios preceituados na Constituição e se torna uma porta aberta para a privatização do ensino superior.

ENCAMINHADO
DIRETORIA LEGISLATIVA

A tentativa de instituir cobrança nas universidades públicas, faz parte de um processo maior de privatizar e mercantilizar a educação no Brasil.

Segundo a CNTE - Confederação Nacional dos trabalhadores em Educação: "O pseudo argumento da PEC de que a cobrança das mensalidades ficaria restrita a famílias mais abastadas, preservando os estudantes de classes populares, esconde as intenções da proposta de limitar as políticas de cotas sociais, a autonomia financeira e administrativa das universidades, comprometendo o desenvolvimento inclusivo e soberano do país, que requer, necessariamente, ampliação dos investimentos no ensino superior público e gratuito, compreendendo a graduação, a extensão, a pesquisa, a formação de professores para a educação básica, entre outros compromissos de excelência das universidades públicas."[1]

Assim seguimos em defesa de uma Educação Pública de qualidade, gratuita para todos os Brasileiro. A universidade pública não deve ser tratada como mercadoria, e sim instrumento essencial para superar a desigualdade existente no País.

[1]https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/notas-publicas/74966-gratuidade-nas-universidades-publicas-e-essencial-para-superar-desigualdades-e-manter-a-autonomia-das-universidades

CONFERIDO
DIRETORIA LEGISLATIVA